

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

PETIÇÃO N.º 23/XI – PROJETO DE APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO DA RIBEIRA
GRANDE DA ILHA DAS FLORES

PONTA DELGADA
JUNHO DE 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 2119	Proc. N.º 45/10-01
Data: 016 / 06 / 11	23/21



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia procedeu à análise e emissão de parecer sobre a Petição n.º 23/XI - “Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande da Ilha das Flores”.

1.º. CAPÍTULO – INTRODUÇÃO

A 29 de dezembro de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição denominada “Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande da Ilha das Flores”, sendo o Sr. Guilherme Pinheiro de Magalhães Gomes dos Santos, o primeiro subscritor.

A presente petição visa, concretamente, “[...] determinar os benefícios deste projeto para a ilha, bem como ponderar as vantagens da produção desta energia verde, em contraponto como produto “**Natureza**”, ameaçado pelas obras, ruído e descaracterização paisagística. Preocupa-nos especialmente que o benefício duma empresa semi-privada (**EDA**) possa lesar o **ambiente** e pôr em risco uma atividade económica em franco crescimento na ilha e, em particular, naquela zona, como é o **Turismo**.”

2.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia, atenta a matéria em apreço, exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



3º. CAPÍTULO – APRECIACÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise começa por referir que «A população da Ilha das Flores tem manifestado as suas preocupações em relação ao **“Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande da Ilha das Flores”**, nomeadamente no que se refere aos seus impactes negativos.»

Acrescentando-se, em seguida, que “Detalhes pertinentes têm vindo a ser omitidos pelas entidades públicas responsáveis e pela **EDA**, protegendo o lucro do futuro negócio – omissão dos custos da obra, dos potenciais lucros da **EDA** e dos futuros encargos e responsabilidades públicas e locais – e camuflando a degradação e destruição de uma das mais bonitas paisagens do arquipélago, que constitui um dos locais mais visitados da ilha e um dos seus maiores valores turísticos.”

Por conseguinte, considera-se que “[...] este projeto poderá afetar a ilha em vários sectores, principalmente na economia ligada ao turismo e ao ambiente, seja durante as obras (pela sua extensão espacial e temporal, movimentação de máquinas e de terras, poeiras e ruído), seja após entrada em funcionamento da central hidroelétrica (ruído, exposição aérea dos tubos das condutas, garantia de caudais mínimos e de preservação de ecossistemas).”

Assim, em conclusão, alegam os peticionários que “Pela preocupação crescente dos florentinos com este projeto, as nossas dúvidas e perguntas devem ter a devida atenção.”

A Comissão Permanente de Economia deliberou solicitar pareceres, por escrito, às seguintes entidades:

- Empreendimento Turístico "Aldeia da Cuada";
- Associação "amigos dos Açores";
- Conselho de Ilha das Flores;
- Ambiflores (ONG);
- Queijaria Pico Redondo;



- Restaurante Pôr do Sol;
- Aldeia da Cuada.

A Comissão procedeu, ainda, à audição, presencial, das seguintes pessoas:

- do primeiro subscritor, Sr. Guilherme Pinheiro de Magalhães Gomes dos Santos e do Sr. César Rosa, na qualidade de Presidente da Associação Ambiflores.
- do Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores, Luis Maciel
- do Presidente da Junta de Freguesia da Fajã Grande, Victor Fagundes.
- da Presidente da Junta de Freguesia da Fajãzinha, Verónica Eduardo.
- da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (SREAT), Marta Guerreiro

AUDIÇÕES REALIZADAS

- i. **A Comissão Permanente de Economia, no dia 23 de maio de 2018, na Delegação da ALRAA na ilha das Flores, com recurso a videoconferência, procedeu à audição dos primeiros subscritores da petição, o Sr. Guilherme Pinheiro de Magalhães Gomes dos Santos e o Sr. César Rosa, este último na qualidade de Presidente da Associação Ambiflores.**

Os peticionários fizeram uma breve apresentação da petição, referindo que a EDA já introduziu alterações ao projeto inicial e que o período de consulta pública foi muito reduzido e coincidiu com a época festival do Natal e com alguns feriados. Além disso, defendem o estudo de alternativas para a localização do projeto da hidroelétrica, devido à captação de água numa área protegida e um dos maiores ex-libris da Ilha das Flores e pelo impacte ambiental, económico e turístico que terá na ilha.



Os peticionários consideram, ainda, que a população das Flores ronda as três mil pessoas, sendo o seu consumo energético regular, pelo que esta nova central hidroelétrica não irá resolver o problema com os reduzidos caudais de água no Verão, até porque está previsto, no projeto, o encerramento da central, durante 30 dias no Verão. No entanto, informaram que são a favor das energias renováveis, desde que sejam viáveis e respeitem as mais valias e potencialidades da ilha das Flores.

Interveio o Deputado Bruno Belo para perguntar se o período de discussão pública do projeto foi o adequado, uma vez que coincidiu com a época festiva do Natal, e se, por isso, dificultou o esclarecimento da população. Questionou, também, se foram avaliados todos os locais alternativos, de forma a minimizar o impacte ambiental e quais as condições necessárias para avançar com este projeto.

Em resposta, os peticionários disseram que a consulta pública ocorreu no período de Natal e isso impediu a participação da população, pelo que deveria ter existido maior transparência, optando, em primeiro lugar, pela discussão pública e só depois, pela apresentação do projeto.

No que diz respeito ao estudo de alternativas, os peticionários consideram que a natureza é a grande imagem do Turismo nas Flores e a construção da hidroelétrica implica maior intervenção humana na natureza, defendendo, em alternativa, a construção de mais eólicas. Referiram ainda que os dados apresentados pela EDA são insuficientes e as estimativas estão desatualizadas.

Acrescentaram que deve existir o mínimo de intervenção humana, para manter a beleza natural, e que o objetivo de aumentar a produção de energia renovável é positivo, mas mesmo com a construção da hídrica não será alcançado, devido ao reduzido caudal da ribeira no Verão.

Posteriormente, a Deputada Graça Silveira afirmou que não percebe o motivo de grande descontentamento da população, uma vez que o projeto visualizado, em power point, não parece ter grande impacto na paisagem. Perguntou se existem outros locais alternativos, com melhores caudais, para a construção da hídrica; qual é o tipo de projeto, hídricas ou eólicas, com maior sustentabilidade para a ilha das Flores e se devemos evitar avançar demasiado rápido com a construção, de forma a evitar precipitações.



Os peticionários responderam que grande parte do descontentamento da população resulta da intervenção humana em alguns locais emblemáticos, defendendo a ribeira dos moinhos como um local alternativo, ainda que a população também não aceite. Indicaram que a população não quer intervenção humana em locais verdes e os turistas também não concordam com este projeto.

Consideram, também, que o projeto com maior sustentabilidade seria o aproveitamento do que já existe, com um parque eólico e solar, incentivando a população a produzir a própria energia, evitando pressa e precipitações em avançar com o projeto, sem que antes sejam avaliadas todas as alternativas e salvaguardando as preocupações da população.

Já o Deputado Manuel Pereira referiu que o projeto apresentado, numa segunda fase, já resolve algumas das preocupações apresentadas, minimizando o impacte visual e ambiental. Neste sentido, perguntou aos peticionários se sabem qual é a maior bacia hidrográfica da ilha das Flores, e se conhecem as estimativas relativas à redução do consumo dos combustíveis fósseis, com o funcionamento da hidroelétrica.

Em resposta, os peticionários declararam que têm bom senso e consideram que a maior bacia é a da Ribeira Grande e o poço da Alagoa. Afirmaram que não são contra as hídricas e as suas mais valias, mas defendem, primeiro, o estudo de todas as alternativas, com diálogo e esclarecimento.

Os peticionários alegaram que a localização e a duração das obras são os maiores entraves à construção da hidroelétrica, pois irá gerar um grande impacto com as obras e com o ruído, além do que a ribeira tem um caudal muito irregular, comportando riscos.

De seguida, o Deputado António Lima pediu explicações sobre o impacte ambiental, na flora e na fauna, e paisagístico da construção da hidroelétrica, perguntando ainda sobre o que deve ser feito, ou seja, se o projeto deve ser revisto ou abandonado e se deve existir maior transparência e informação à população.

Às perguntas colocadas, os peticionários referiram que no projeto aparecem tubos visíveis e existe uma grande preocupação com as enguias, motivo pelo qual exigem um caudal ecológico mínimo de 20%. Consideram que as preocupações da população resultam, sobretudo, da



estética do projeto, que, entretanto, já foi revista pelo EDA, defendendo, ainda, as energias renováveis e o estudo de alternativas e maior transparência no processo.

Por sua vez, o Deputado Manuel Pereira afirmou que parece difícil que o empreiteiro a quem seja adjudicada a obra irá demorar os três anos previstos, mas sim executá-la no menor período de tempo possível considerando os custos da mobilização de equipamentos para a sua realização e que por isso irá executá-la num menor período de tempo possível, perguntando, ainda, se a construção da hidroelétrica terá maior ou menor impacte ambiental do que uma antiga britadeira e central de betuminosos, que já existiram em local próximo e se na sessão pública, o Presidente da EDA disse que estavam a estudar a construção de um parque fotovoltaico, para produção de energia no período de Verão.

Já o Deputado Bruno Belo referiu que, do investimento total de 8,2 milhões de euros, cerca de 4,1 milhões de euros são imputados à Região Autónoma dos Açores, como acionista, pelo que pergunta porque é que a Região não redireciona este montante para outros incentivos, na área das energias, para a população. Perguntou se os peticionários concordam com esta abordagem.

A seguir, o Deputado André Rodrigues questionou se a população prefere ter menos tempo de obra ou um desfasamento da execução da obra, por um período mais alargado de tempo; se existem outras ribeiras alternativas, com um caudal suficiente para que o projeto da hidroelétrica seja viável, dado que a ribeira, prevista no projeto, é a que tem maior caudal; e se, para os peticionários, é aceitável continuar a importar combustíveis fósseis para consumo energético, em detrimento do investimento na hidroelétrica.

Em resposta, os peticionários disseram que não consideram a hidroelétrica como a melhor solução como energia renovável, por isso não sugerem locais alternativos. Acrescentaram que a sua maior preocupação resulta do impacto visual, defendendo um maior estudo sobre o impacto do projeto, sendo que o dinheiro poderia ser aplicado em pequenos investimentos ao nível da energia.

A terminar, os peticionários alegaram que a única vantagem da hidroelétrica seria permitir queimar menos combustível fóssil e reduzir a dependência energética do exterior. No entanto, consideram que a grande mais valia da ilha das Flores e a sua imagem de marca é a natureza, sendo a favor de energias renováveis, mas entendem que se deve ter em conta a dimensão do projeto e o seu impacto na natureza.



- ii. **A Comissão Permanente de Economia, no dia 23 de maio de 2018, na Delegação da ALRAA na ilha das Flores, com recurso a videoconferência, procedeu à audição do Sr. Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores, Luis Maciel.**

Interveio o Deputado Bruno Belo para perguntar se o Presidente da Autarquia esteve presente na reunião para a apresentação do projeto da central hidroelétrica e quais foram as conclusões apresentadas. Questionou, também, se já tem conhecimento da nova versão do projeto em discussão; quais são os benefícios deste investimento, ou seja, se trará um benefício direto e efetivo para as famílias das Flores, e se tem alguma sugestão.

O Presidente da Autarquia respondeu que esteve presente na reunião, bem como outras entidades, tendo já visualizado a segunda versão do projeto, com uma apresentação melhorada, que já contempla algumas das sugestões apresentadas pela Assembleia Municipal das Lajes das Flores.

O Autarca afirmou que, tendo em conta a natureza e o montante do investimento em causa, presume que a EDA tenha realizado os estudos necessários, sendo que o objetivo principal da autarquia é salvaguardar o interesse público, das populações em redor, minimizando os impactos negativos do projeto.

Considera, ainda, que os benefícios para a ilha e para o concelho resultam do maior uso de energias renováveis, o que se traduz num ganho ao nível do património ambiental e respeito pela natureza, tornando o concelho com uma imagem mais moderna e vanguardista no uso das energias renováveis. Relativamente às sugestões, não tem uma em concreto, mas tudo o que for para beneficiar as famílias do concelho é bem-vindo.

O Deputado Bruno Belo voltou a intervir, no sentido de perceber se ocorreram alterações entre o projeto inicial e o atual e se deve haver um benefício direto para as famílias das Flores.

O Autarca afirmou que não tem informações adicionais sobre a alteração do projeto e que todos os benefícios para as famílias das Lajes das Flores são bem-vindos, ainda que entende ser demagógico defender isso.



Já o Deputado Manuel Pereira questionou se, considera que, será salvaguardado e atenuado o impacto ao nível do ruído, do ambiente e imagem da ilha, no projeto apresentado.

Em resposta, o Autarca das Lajes das Flores afirmou que a autarquia teve algumas reservas sobre os impactos negativos que podem advir do projeto, tendo a Assembleia Municipal enviado um parecer para a EDA, a apresentar sugestões de alteração, estando a aguardar uma resposta. Consideram que o período alargado das obras é uma das preocupações da população.

De seguida, a Deputada Graça Silveira indicou que um dos argumentos apresentados pelos peticionários, contra a construção da hidroelétrica, resulta da diminuição dos caudais das ribeiras no Verão, pelo que pediu ao autarca a opinião sobre outras fontes de energia, bem como sobre a possibilidade de outros investimentos em painéis solares e microgeração. Questionou, também, se faria sentido esperar algum tempo, cerca de dois a três anos, para consolidar o turismo nas Flores, de forma a não “perturbar o destino” e a tranquilidade no local.

O Presidente da C.M. das Lajes das Flores referiu que não tem conhecimentos técnicos suficientes sobre as fontes de energia alternativas, considerando que tudo o que for energias renováveis seja uma mais valia, mas presume que a EDA tenha estudado a viabilidade e impacto do projeto. Acrescentou que, como autarca, está preocupado com o impacto negativo que o projeto possa ter, pelo que tem procurado minimizá-lo.

Relativamente à oportunidade em realizar este investimento agora, não o considera urgente, pois este assunto já é abordado há cerca de 10 anos, mas entende que adiar o problema não é solução, mas sim tentar minimizar o impacto das obras, com uma correta calendarização.

A Deputada Graça Silveira voltou a intervir e perguntou se deveria ter existido maior debate e esclarecimento público do projeto e se o destino Flores for prejudicado na sua imagem, se isso trará consequências na consolidação do turismo nas Flores.

Em resposta, o autarca defendeu que é sempre positivo quando a população está bem informada, reconhecendo que houve algum desconhecimento por parte da população e isso criou algum alarido. Contudo, considera que o Turismo está a evoluir e o destino Flores já está a ficar consolidado, pelo que o desafio agora consiste em esbater e diminuir a sazonalidade.



A seguir, o Deputado António Lima perguntou sobre as propostas de alteração apresentadas à EDA e pediu se era possível enviar à Comissão de Economia, o documento aprovado em Assembleia Municipal.

O Presidente da Autarquia respondeu que as preocupações apresentadas foram aprovadas no Conselho de Ilha das Flores e que o documento será enviado.

Por sua vez, interveio a Deputada Catarina Furtado e perguntou se, em alternativa à construção da hídrica, preferia que se aumentasse o incentivo para a aquisição de painéis fotovoltaicos, microgeração individual, em específico para a população das Flores.

O Deputado Bruno Belo perguntou se o autarca tinha conhecimento da procura de terrenos para a instalação de um parque fotovoltaico.

Já o Deputado José Ávila perguntou se o autarca concordava que este tipo de investimento faz parte da estratégia energética desenvolvida para a ilha das Flores e para a Região e se isso não irá contribuir, também, para promover o destino. Questionou, ainda, se conhece projetos que não tenham intervenção humana.

Entretanto, o Deputado Manuel Pereira perguntou se a obra prevista para a hidroelétrica terá mais ou menos impacto que uma antiga britadeira e central de betuminoso que funcionaram na mesma zona.

A terminar, o Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores disse que as opções apresentadas são complementares e que a EDA deve continuar a apostar nas energias renováveis e o Governo através dos incentivos diretos às famílias. Sobre os terrenos, afirmou que não tem conhecimento.

Além disso, afirmou que concorda com as declarações do Deputado José Ávila e que se deve continuar com a estratégia seguida, pois os benéficos serão maiores que os impactos negativos, que ainda podem ser minimizados. Entende que o vale é um património ambiental muito valioso, importante e que deve ser preservado, sendo possível compatibilizar intervenção humana, com preservação ambiental. Indicou, ainda, que existia uma grande mancha no local da britadeira e central de betuminosa, que pretendem resolver, tendo pedido à EDA para reabilitar aquele espaço.



- iii. **A Comissão Permanente de Economia, no dia 24 de maio de 2018, na Delegação da ALRAA na ilha das Flores, com recurso a videoconferência, procedeu à audição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fajã Grande, Victor Fagundes.**

O Deputado Bruno Belo interveio e perguntou se as pessoas da Fajã Grande têm manifestado preocupação com este investimento e se, tendo em conta o elevado valor do investimento público previsto, seria mais vantajoso aplicar este montante em incentivos para a aquisição de painéis solares.

O Presidente da J. F. da Fajã Grande respondeu que, cerca de, 80% da população está contra o investimento, considerando que o investimento é elevado e vai estragar uma das zonas mais bonitas e de excelência da ilha das Flores, com os constrangimentos relacionados com as obras. Acresce que só está previsto criar um posto de trabalho com o investimento, pelo que considera melhor investir em painéis fotovoltaicos/solares.

A seguir, o Deputado Manuel Pereira questionou o autarca se este tinha conhecimento da segunda apresentação do projeto e se, mesmo com as alterações introduzidas, se mantinha contra o investimento, pelo, eventual, impacto visual negativo. Perguntou, ainda, se a redução do consumo de combustível não seria uma mais valia para a ilha.

Em resposta, o Presidente da J.F. da Fajã Grande afirmou que não vê grandes benefícios neste investimento, para a ilha das Flores, e continua contra a sua concretização. Relativamente à possível redução do combustível, entende que no Verão o caudal da água é reduzido, o que não irá permitir resolver todos os problemas.

Já a Deputada Graça Silveira questionou se, no momento em que surgiu o projeto, teve conhecimento da apresentação pública, se participou nas reuniões e qual o sentimento da população em relação ao projeto.

A terminar, o Presidente da Fajã Grande reconheceu que se esqueceu de ir à apresentação pública, mas, entretanto, já assistiu ao vídeo disponibilizado. Considera que a vasta maioria da população não vê grandes benefícios neste investimento.



- iv. A Comissão Permanente de Economia, no dia 24 de maio de 2018, na Delegação da ALRAA na ilha das Flores, com recurso a videoconferência, procedeu à audição do Sra. Presidente da Junta de Freguesia da Fajãzinha, Verónica Eduardo.**

A Presidente da J.F. da Fajãzinha, Sra. Verónica Eduardo, fez-se acompanhar do Secretário António Eduardo.

Interveio o Deputado Bruno Belo para perguntar se a autarca considera este investimento como uma mais-valia e qual o sentimento da população. Questionou, ainda, se preferia usar os 4,1 milhões de euros, da parte pública do investimento, para atribuir às famílias, através de incentivos para a microprodução.

A Presidente da J.F. da Fajãzinha afirmou que nunca, ninguém da população, se manifestou frontalmente contra o investimento e que a maior preocupação das pessoas resultou do facto de não ter havido uma maior divulgação e informação sobre o projeto. Entende que seria preferível usar o valor previsto para o investimento, para atribuir incentivos à aquisição de painéis fotovoltaicos/solares, em detrimento da construção da hídrica.

Por sua vez, o Deputado Manuel Pereira perguntou se a autarca esteve presente na apresentação efetuada pela EDA, no dia 15 de março de 2018, e se teve conhecimento das propostas de alteração ao projeto, aprovadas, por unanimidade, na Assembleia Municipal. Questionou, também, se este investimento poderá ser uma mais valia para a ilha das Flores, em particular, no que diz respeito à previsível redução, substancial, do consumo de combustível.

Em resposta, a Presidente da Freguesia confirmou que esteve presente na reunião, embora não tenha sido formalmente convidada, e disse que a redução do gasóleo será uma mais valia, sendo a favor das energias renováveis. Acrescentou que a construção da central hídrica terá alguns constrangimentos, com as obras e ruídos, mas será necessário acautelar tudo isso e minimizar os impactos.

De seguida, a Deputada Graça Silveira perguntou qual a posição da população da freguesia, sobre este projeto, se têm reclamado de cortes de eletricidade e se a obra terá impacto no turismo. Além disso, questionou se preferiam outro tipo de investimento em energias renováveis, como a microgeração e painéis solares.



Em resposta, os representantes da Freguesia da Fajãzinha disseram que um projeto de energias renováveis é uma mais valia e também poderá ser uma atração turística, dado que na ilha das Flores consome-se, pelo menos, um milhão de euros em combustível, por ano, pelo que tudo o que for feito para reduzir isso será bom. Informaram, também, que não têm tido grandes problemas com cortes de eletricidade e que o projeto poderá ter algum impacto negativo no turismo, sobretudo durante a fase das obras, sendo importante atenuar estes constrangimentos. Deu como exemplo as obras que foram realizadas na freguesia, em 2010, e que tiveram muito mais impacto do que as que se espera vir a ter a construção da hídrica.

Depois, o Deputado Bruno Belo alegou que o caudal da ribeira será reduzido no Verão, questionando se esta fraca regularidade do caudal será suficiente para alimentar e manter a hídrica.

Já o Deputado António Vasco Viveiros perguntou se preferiam optar por outras alternativas, fazendo mais estudos para minimizar os riscos.

Por sua vez, o Deputado André Rodrigues questionou a autarca se todas as ilhas deviam aumentar a produção de energia proveniente de renováveis, com as vantagens inerentes das energias consideradas limpas. Perguntou quantas pessoas, da freguesia, já recorreram aos apoios para a aquisição de painéis fotovoltaicos e bombas de calor e porque motivo não existem mais a aderir.

Já a Deputada Graça Silveira perguntou se há disponibilidade para que se faça uma avaliação do impacto no turismo, antes e depois do inicio das obras, para verificar se foi uma mais valia para a freguesia e para a ilha das Flores.

A responsável pela freguesia respondeu que, mesmo no Verão, o caudal da ribeira é suficiente e está sempre a correr água. Indicou que não tem conhecimentos técnicos suficientes sobre a avaliação das alternativas, mas devemos sempre minimizar os riscos, estudando várias hipóteses.

Acrescentou que foram feitas sugestões e propostas de alteração ao projeto, de forma a minimizar os riscos para a população e para a freguesia. Relativamente à microprodução, informou que apenas dois proprietários têm painéis solares, na freguesia, e estão satisfeitos,



sendo a população muito idosa. Considera que durante a obra, o turismo poderá reduzir, mas depois de concluída, até poderá ser um chamariz para a freguesia, a nível turístico.

Interveio novamente o Deputado António Vasco Viveiros, para perguntar se consideravam que a EDA tinha estudado todas as alternativas, para além dos locais alternativos.

A seguir, a Deputada Catarina Furtado perguntou se consideravam o valor dos apoios e a taxa de comparticipação como um obstáculo para uma maior adesão aos painéis fotovoltaicos, e se poderá haver risco do projeto vir a ser prejudicado pelo elevado peso da massa de água, quer pela localização, quer devido a futuras intempéries.

A terminar, a Presidente da J.F. da Fajãzinha disse que a EDA não lhe apresentou os projetos, com as vantagens e desvantagens. Considera que a majoração e taxa dos incentivos não são um obstáculo, mas apenas porque as pessoas não se querem dar ao trabalho de concorrer aos incentivos e colocar os painéis. Acrescentou que o peso da água é grande, mas não lhe parece que seja um problema, referindo ainda que quem afirma que a ribeira fica seca no Verão é porque não conhece o local devidamente, pois existem várias nascentes ao longo da ribeira.

v. A Comissão Permanente de Economia, no dia 04 de junho de 2018, na Delegação da ALRAA na ilha de São Miguel, com recurso a videoconferência, procedeu à audição da Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (SREAT), Marta Guerreiro.

A SREAT fez-se acompanhar do Prof. Duarte Ponte e do Eng. David Estrela, ambos do Grupo EDA, e realçou a total abertura do Governo Regional e da EDA para esclarecer as dúvidas existentes, com destaque para as questões, abordadas pelos peticionários.

Ao nível do impacto visual do projeto, foram apresentadas imagens que já demonstram trabalho adicional da EDA, para acautelar as preocupações da população das Flores;

Relativamente à valorização turística do local, esta matéria ficou salvaguardada na avaliação de impacto ambiental, assegurando-se a implementação das medidas e alterações constantes no parecer final da Comissão de Avaliação, com programas de monitorização ambiental e estudos a realizar por entidades competentes;



Em relação às soluções alternativas de energias renováveis, para além da geotermia, não viável nas Flores, a produção com base em recursos hídricos é a que apresenta maior estabilidade e permite reduzir o consumo de combustíveis fósseis, enquanto as eólicas e fotovoltaicas são muito intermitentes.

A SREAT realçou que este é um projeto muito importante para a ilha das Flores que, para além dos benefícios óbvios ligados à diminuição do consumo de combustíveis fósseis, poderá ter possibilidade de vir a ser uma referência a nível mundial, no que diz respeito ao nível de sustentabilidade e redução da dependência energética face ao exterior, com impacto positivo no posicionamento turístico pretendido.

De seguida, o Deputado Bruno Belo começou por questionar se foi realizado algum estudo, em relação ao nível dos caudais da ribeira, se foi considerada a biomassa, como fonte de energia alternativa e como é que a comissão, que avaliou o estudo de impacto ambiental, fez a estimativa dos consumos energéticos.

O Deputado perguntou, ainda, porque razão não foi dada pelo promotor resposta à Comissão de Avaliação do Projeto, que por duas vezes questionou sobre quais os fundamentos que justificam a intenção de avançar com o projeto, já que na memória descritiva se refere que a ilha das Flores é já sustentável do ponto de vista da produção energética, se o Governo está disponível para avaliar a possibilidade de alocar os 4,1 milhões de euros, em novos incentivos e benefícios à população das Flores, no âmbito, por exemplo, do Pró energia e qual o valor participado pela ERSE ao nível das tarifas das renováveis.

Em resposta, a SREAT disse que as decisões de gestão são tomadas pela Administração da empresa EDA, em função da sua estratégia e não como foi indicado pelo Sr. Deputado. Além disso, afirmou que este investimento é mais eficiente e produtivo e visa garantir a sustentabilidade ambiental, com mais energias renováveis e menos fósseis, enquanto que com os sistemas de microgeração/painéis fotovoltaicos não se conseguiria atingir a taxa de penetração de energias renováveis, para além de se causar grande distúrbio na gestão da rede.

De seguida, o Prof. Duarte Ponte da EDA indicou que nas Flores já existem cerca de 50% de renováveis, pelo que se pretende é conseguir maior penetração de renováveis para os 80%, com estabilidade. Este aumento só é possível nas Flores com recurso à hidroelétrica, uma vez que



mais eólicas e fotovoltaicas só iriam aumentar a ineficiência do sistema, com vários geradores, o que não faz sentido tecnicamente.

O Presidente da EDA realçou, também, que nos últimos anos a empresa investiu nas Flores mais de 20 milhões de euros. Enquanto uma eólica é muito intermitente e tem uma vida útil mais curta, ronda dos 20 anos, já as hídricas são regulares e duram muito mais, havendo exemplos a funcionar com mais de 50 anos. Em relação à geotermia, a ilha das Flores não tem dimensão e, por fim, os painéis fotovoltaicos têm algum potencial e já estão a ser aproveitados e potenciados.

Com o investimento, na hidroelétrica, pretende-se atingir 100% de penetração de renováveis na hídrica, no Inverno, e, em média, 80% durante o ano. Relativamente à ERSE, esta definiu para os Açores um preço para as renováveis de 100 euros/MW/hora.

O Deputado Bruno Belo voltou a questionar sobre a possibilidade de usar a biomassa, como fonte energética, já que se trata de uma fonte de energia estável, se os caudais foram estudados, se a EDA irá realizar obras na barragem de Além-Fazenda e perguntou, ainda, qual o potencial de redução do consumo de combustível, com a introdução da hídrica.

O Prof. Duarte Ponte respondeu que os caudais das ribeiras foram devidamente estudados por empresas competentes e com muita experiência na construção de hídricas, em vários locais. Acrescentou que a EDA Renováveis não tem investido nem estudado a biomassa.

Além disso, são gastos nas Flores, por ano, cerca de 1,7 milhões de euros em gasóleo, para uma população estimada de 3.850 pessoas, o que perfaz, em média, um consumo de 36 litros de gasóleo, por habitante e por mês. Com o investimento na nova central hídrica pretende-se reduzir o consumo de gasóleo de 36 litros/mês, por habitante, para cerca de 9,4 litros/mês, ou seja, uma redução superior a 70%.

Posteriormente, o Deputado André Rodrigues efetuou as seguintes perguntas: quais os impactos positivos resultantes da construção hídrica nas Flores; se este investimento está enquadrado na estratégia energética definida pelo Governo Regional; se fica salvaguardado o impacto ambiental e a paisagem das Flores; se a EDA está disponível para colocar no caderno de encargos, normas que limitem os constrangimentos resultantes das obras e do ruído; e por fim, se o Governo está disponível para explicar o investimento e as suas características à população.



A SREAT respondeu que o grande desafio é utilizar os recursos naturais (água) para acrescentar valor à ilha das Flores, reduzindo o consumo de combustível de 36 litros/mês/habitante para cerca de 9,4 litros, o que é um ganho significativo e um benefício ambiental. Assim, é possível reduzir a pegada ambiental resultante do consumo de combustível e tornar as Flores como um ex-libris ao nível ambiental, com os consequentes benefícios económicos através da promoção deste facto enquanto destino turístico. Afirmou que o Governo Regional dos Açores está sempre disponível para esclarecer a população e acredita muito neste projeto.

O responsável da EDA concordou e complementou as declarações da SREAT, afirmando que poderão ser colocadas, no caderno de encargos, regras para diminuir o ruído e atenuar o impacto ao nível do turismo, caso seja tomada a decisão de avançar com o investimento. Além disso, considera que a estrutura existente com a distância mais reduzida da central ficará a pelo menos 140 metros (parque de merendas), com 290 metros para o restaurante e mais de 450 metros para a Aldeia da Cuada, o que é bastante, para evitar qualquer problema.

A Deputada Graça Silveira abordou a temática da sustentabilidade energética por via energia elétrica, afirmando que se podem usar outras formas de energia, como as bombas termodinâmicas. Perguntou quem foi convidado para a apresentação pública feita nas Flores, dado que algumas pessoas revelaram desconhecer a reunião; quais foram os estudos realizados, para garantir que o investimento não será destruído por intempéries; qual o estudo que garante a sustentabilidade por via energética; qual a urgência da EDA em fazer novo investimento nas Flores e se este é o momento certo para fazer obras, devido ao impacto no turismo.

Em resposta, a SREAT disse que a reunião foi pública, aberta à população e não por convites. Indicou que não existe uma necessidade urgente em fazer este investimento, mas sim a hipótese de aproveitar um recurso renovável e disponível, a água.

O Presidente da EDA referiu que a Comissão Europeia estabeleceu como metas para 2030 que 27% do consumo energético deverá ser proveniente de energias renováveis, dos quais 75% de energia elétrica. Acresce que as bombas de calor só funcionam com energia elétrica e colocar bombas de calor em todas as casas nas Flores custaria mais do que os 8 milhões de euros previstos para a central hidroelétrica.

Acrescentou que na R.A. dos Açores há menos exposição solar do que no continente português, o que torna mais difícil compensar e recuperar o investimento na aquisição de kits fotovoltaicos.



O objetivo é tornar a ilha das Flores renovável ao nível de energia elétrica, sendo a parte elétrica fundamental para atingir as metas definidas pela Comissão Europeia. Em relação à barragem Além-Fazenda, será realizada a limpeza da barragem este ano e possivelmente, se este investimento avançar, poderá ser construído um novo reservatório.

A terminar, a SREAT realçou a total disponibilizada do Governo Regional em esclarecer as dúvidas existentes sobre este assunto e toda a população.

A Comissão Permanente de Economia recebeu os seguintes pareceres por escrito, no âmbito da petição em análise, os quais se juntam em anexo ao presente relatório:

- Conselho de Ilha das Flores;
- Ambiflores (ONG);
- Restaurante Pôr do Sol;
- Aldeia da Cuada.

4.º CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão de Economia deliberou, por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e BE pronunciar-se da seguinte forma:

1. Os peticionários referiram que o projeto da central hidroelétrica nas Flores poderá afetar a ilha em vários sectores, principalmente na economia ligada ao turismo e ao ambiente, não considerando aquela opção como a melhor solução ao nível de energia renovável. Acrescentaram que a imagem de marca da ilha das Flores é a natureza, tendo como preocupação a dimensão do projeto e o seu impacto na natureza, defendendo um maior estudo sobre o impacto ambiental e visual.
2. Ainda assim, os peticionários alegaram que a única vantagem da hidroelétrica seria permitir diminuir o consumo de combustível fóssil, atenuando a dependência energética do exterior.



3. Por sua vez, o Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores disse que o objetivo principal da autarquia é salvaguardar o interesse público e da população, preservando o património ambiental e minimizando os impactos negativos do projeto de central hidroelétrica, tendo a Assembleia Municipal enviado um parecer à EDA com propostas de alteração.
4. Entende, ainda, que os benefícios para a ilha e para o concelho resultam do maior uso de energias renováveis, o que se traduz num ganho ao nível do património ambiental e respeito pela natureza, tornando o concelho com uma imagem mais moderna e vanguardista no uso das energias renováveis.
5. Posteriormente, o Presidente da Junta de Freguesia da Fajã Grande afirmou que a maioria da população da freguesia está contra o investimento, por ser elevado e poder estragar uma das zonas mais bonitas e de excelência da ilha das Flores, além dos constrangimentos relacionados com a duração das obras.
6. Por outro lado, a Presidente da Junta de Freguesia da Fajãzinha afirmou que nunca, ninguém da população, se manifestou frontalmente contra o investimento e que a maior preocupação das pessoas resultou do facto de não ter havido uma maior divulgação e informação sobre o projeto. Realçou que um projeto de energias renováveis é uma mais valia e poderá ser uma atração turística.
7. A SREAT realçou a total abertura do Governo Regional e da EDA para esclarecer as dúvidas existentes, referindo que a EDA já apresentou alterações ao projeto para atenuar o impacto visual e para acautelar as preocupações da população das Flores.
8. A Secretária Regional afirmou, ainda, que a valorização turística do local ficou salvaguardada na avaliação de impacto ambiental, assegurando-se a implementação das medidas e alterações constantes no parecer final da Comissão de Avaliação, com programas de monitorização ambiental e estudos a realizar por entidades competentes.
9. A produção de energia com base em recursos hídricos, nas Flores, é a que apresenta maior estabilidade, podendo atingir 100% de penetração de renováveis, no Inverno, e, em média, 80% durante o ano, reduzindo assim o consumo de combustíveis fósseis, em cerca de 70%.



10.A SREAT realçou que este é um projeto muito importante para a ilha das Flores que, para além dos benefícios óbvios ligados à diminuição do consumo de combustíveis fósseis, poderá ter possibilidade de vir a ser uma referência a nível mundial, no que diz respeito ao nível de sustentabilidade e redução da dependência energética face ao exterior, com impacto positivo no posicionamento turístico pretendido.

11.De realçar que a Petição foi subscrita por mais de 300 peticionários, pelo que reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;

12.Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor da petição.

Ponta Delgada, 11 de junho de 2018.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório ficam anexos os pareceres solicitados por escrito.

O Presidente

Miguel Costa

Maura Soares

Assunto: Pedido de Parecer
Anexos: Parecer sobre a petição.pdf

From: Aldeia da Cuada <info@aldeiadacuada.com>
Sent: Wednesday, April 25, 2018 6:51:26 PM
To: Rui Silva
Subject: Re: Pedido de Parecer

Boa tarde Sr. Rui,

em anexo envio a nossa resposta ao pedido de parecer referente à petição Nº 23/XI.

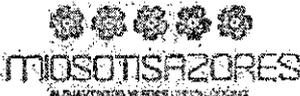
Com os melhores cumprimentos da Aldeia da Cuada,

Carlota Silva



www.aldeiadacuada.com
aldeiadacuada@mail.telepac.pt
Tel. (+351) 292 590 040
Fax: (+351) 292 552 021

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <u>1424</u>	Proc. n.º <u>45.10.01</u>
Data: <u>018/03/26</u>	N.º <u>23/XI</u>



A Aldeia da Cuada foi considerada pela Travel and Leisure uma das 50 unidades de turismo mais românticas do mundo.

Às 15:40 de 23/03/2018, Rui Silva escreveu:

Exma Senhora

Encarrega-me o senhor Presidente da Comissão Permanente de Economia de remeter o ofício e a petição supras.

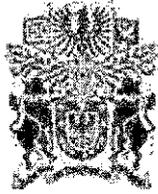
Mais informo que o original seguiu pelo correio.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Silva
Assistente Técnico
Setor de Atividade Parlamentar
Assembleia Legislativa da R.A. Açores
Presidência CALRE 2018
Rua Marcelino Lima – 9901-858 Horta
Tif. +351 292207666

www.afa.pt

www.cilrenet.eu



#CohesionAlliance For a strong EU cohesion policy



Exmo. Sr. Presidente da Comissão Permanente de Economia
da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Aldeia da Cuada, 25 de Abril de 2018

Assunto: Resposta ao pedido de parecer sobre a petição Nº 23/XI – “Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande da Ilha das Flores.

Gostaríamos de começar este parecer deixando bem claro, que somos a favor das energias renováveis e de qualquer ação que promova sustentabilidade ambiental e social.

A título informativo a Aldeia da Cuada está classificada pelo Governo Regional dos Açores como património cultural com interesse histórico, arquitetónico e paisagístico e foi eleita pela Associação Zero como o 4º Hotel mais sustentável de Portugal.

As nossas preocupações prendem-se sobretudo com a produção de ruído e poeiras decorrentes da execução da obra e que poderão comprometer o bom funcionamento do empreendimento.

Relativamente à petição, consideramos pertinentes as questões colocadas nos pontos:

- A) Consideramos que a intervenção que está prevista para a Ribeira do Ferreiro terá um grande impacto visual negativo. A captação da água deveria ser feita por baixo da ponte existente. A perda de quota seria irrelevante uma vez que estamos a falar de uma diferença de poucos metros. Desta forma iria melhorar substancialmente o impacto visual e não iria perturbar o acesso dos turistas ao Poço da Ribeira do Ferreiro que é um dos locais mais visitados na Ilha das Flores
- B) Sobre este ponto incide as nossas principais preocupações. A Aldeia da Cuada, tornou-se numa marca de referência tendo já ganho uma série de distinções nacionais e internacionais, em grande parte por causa do serviço prestado, da natureza e do conforto. Se começar a haver ruído e produção de poeiras estaremos a induzir em erro todos os turistas que nos procuraram em busca de sossego e tranquilidade. A médio/longo prazo poderá resultar numa descida da pontuação online proveniente de reviews/comentários online, originando uma perda de clientes.
- C) Julgamos não ter informação suficiente para emitir um parecer credível sobre esta matéria.
- D) Parece-nos obvio que apenas se deveria avançar para um projeto desta natureza depois de todos os outros meios de produção de energia renovável estarem a funcionar a 100%. Temos conhecimento de pelo menos uma torre eólica estar avariada desde alguns anos a esta parte.

PS

- E) Julgamos não ter informação suficiente para emitir um parecer credível sobre esta matéria.
- F) Sobre este ponto temos informação que nos meses de Inverno a produção de energia renovável na Ilha das Flores já é bastante favorável. Assim sendo, consideramos que seria mais viável apostar num projeto que vise o aumento da produção de energia para os meses em que o consumo é maior, ou seja, no Verão.
- G) A antiga britadeira da Fajã Grande, é de facto uma mancha negativa dentro de uma das paisagens mais belas dos Açores. Qualquer iniciativa para requalificar o local como um espaço verde deveria ser considerado prioritário, até porque o espaço já se encontra abandonado há alguns anos.
- H) Foi assumido na sessão de esclarecimento promovida pela EDA que o acesso à entrada do trilho da Ribeira do Ferreiro ficará temporariamente condicionado. Ora, achamos isto inaceitável, uma vez que este é um dos locais mais visitados da ilha e como tal o acesso deve estar facilitado e em momento algum condicionado ou até mesmo interdito.
- I) Temos informação que a central hidroelétrica depois de concluída não irá ter mais do que 1 posto de trabalho. Durante a obra, não julgamos que as empresas de construção aumentem os seus quadros de pessoal. Tal como em todas as outras obras feitas na ilha, a empresa vencedora do concurso realiza os trabalhos com os trabalhadores já vinculados, pelo que não haverá grande diferença em termos de empregabilidade.
- J) A verdade é que a forma como o projeto ficou disponível não nos pareceu a mais correta. Em primeiro lugar deveria ter sido feita uma sessão de esclarecimento junto da população ainda antes da abertura do prazo para audiência pública. O que fizeram foi apenas colocar disponíveis online várias centenas de páginas, muitas delas com informação técnica, não perceptível a leigos na matéria.
- K) Sobre este ponto temos total concordância com o descrito, até porque parte desta intervenção vai ser implementada dentro de uma área definida como Parque Natural da Ilha das Flores. Como tal, esta paisagem deve ser preservada e mantida da melhor forma.
Toda e qualquer intervenção / alteração nesta zona deve ser evitada e muito bem ponderada.

Em suma, este projeto tem-nos deixado bastante preocupados, uma vez que pode comprometer o funcionamento da Aldeia da Cuada, podendo até mesmo levar a uma perda da qualidade da oferta resultante da produção de poeiras e ruídos na fase de execução da obra.

Durante a sessão de esclarecimento foi-nos garantido que apenas haveria ruído entre as 08h00 e as 20h00. Consideramos este intervalo de tempo inaceitável uma vez que muitos clientes chegam a descansar de manhã até mais tarde, sendo que qualquer ruído, se tiver que ser produzido deveria ser após as 10h00.

Consideramos que deveriam ser implementados na ilha outros tipos de produção de energia renovável que sejam mais eficazes nos meses de Verão. No caso de ter de ser implementado a central hidroelétrica sugerimos a mudança para a ribeira dos moinhos na freguesia de Ponta Delgada das Flores, que também tem um caudal de água substancial.

Se a decisão for a de manter o projeto tal como está, apelamos a que a captação de água na Ribeira do Ferreiro seja feita por baixo da ponte existente sacrificando alguns metros de quota,

que sejam garantidas as boas condições de acesso ao trilho do Poço da Ribeira do Ferreiro, que não haja ruído e produção de poeiras antes das 10h00 para não perturbar o funcionamento da Aldeia da Cuada e, por último que seja reativado o trilho Fajãzinha-Fajã Grande pelo litoral uma vez que as obras irão incidir diretamente no atual trilho PR2 que faz parte da Grande Rota da Ilha das Flores.

Com os melhores cumprimentos

A proprietária,



Carlota Melo Silva

Assunto: Pedido de Parecer

De: Ambiflores [<mailto:ambifloresambiente@gmail.com>]

Enviada: 23 de abril de 2018 14:35

Para: Rui Silva <rsilva@alra.pt>

Assunto: Re: Pedido de Parecer

Parecer da Ambiflores sobre a Petição Pública
relativa ao "Projecto de Aproveitamento Hidroeléctrico da Ribeira Grande", na ilha das Flores.

A Ambiflores subscreve as preocupações enunciadas na petição pública e acrescenta outras dúvidas sobre a viabilidade deste projecto:

Após as preocupações expostas durante o período de consulta pública, foram prometidos caudais ecológicos (20% do caudal médio anual) que, ainda e inexplicavelmente, se baseiam em estimativas, e que terão que ser garantidos. Esta alteração nas obrigações do projecto coloca em causa os cálculos iniciais sobre a produção de energia, pois prevê-se a paragem do funcionamento da hidroeléctrica durante largos períodos no verão;

Desta forma, o grande propósito deste projecto (o único) - aumentar o grau de autosuficiência energética da ilha - vê-se esvaziado, senão mesmo posto em causa.

A nossa associação dá um parecer negativo para este projecto, tanto pela fraca relação entre os custos/benefícios para a ilha, como pela ausência de estudos que salvaguardem impactes negativos para a população e para a actividade económica das Flores.

Atenciosamente
César Rosa

No dia 23 de março de 2018 às 15:44, Rui Silva <rsilva@alra.pt> escreveu:

Exmo Senhor

Encarrega-me o senhor Presidente da Comissão Permanente de Economia de remeter o ofício e a petição supras.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Silva

Assistente Técnico

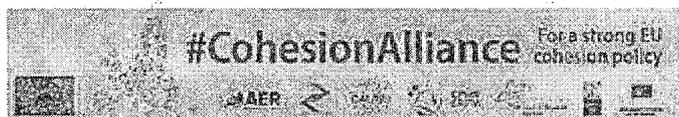
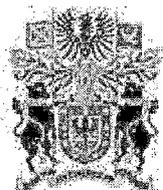
Setor de Atividade Parlamentar

Assembleia Legislativa da R.A. Açores

Presidência CALRE 2018

Rua Marcelino Lima – 9901-858 Horta

Tlf. +351 292207666



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada 1388 Proc. n.º 45.10.01

Data: 018/04/23 N.º 23/XI

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão Permanente de
Economia da Assembleia
Legislativa Da Região
Autónoma dos Açores

Fajãzinha 20 abril de 2018

**ASSUNTO: PARECER SOBRE A PETIÇÃO Nº 23/XI – PROJETO DE APROVEITAMENTO
HIDROELETRICO DA RIBEIRA GRANDE DA ILHA DAS FLORES (96723-03-18)**

Exmo. Senhor,

Pedi-me V. Ex^ª. parecer sobre o projeto em causa, relativo a uma obra que a EDA Renováveis pretende levar a efeito no vale mais emblemático da ilha, cartaz turístico em muita da publicidade que circula sobre os Açores pelo mundo fora.

Começo por lembrar que não somos contra o aproveitamento hídrico em apreço, estamos antes reticentes quanto ao seu traçado e algumas das localizações das infraestruturas e sobretudo à forma como tem sido conduzido o processo pela EDA Renováveis que no mínimo mostra arrogância e falta de bom senso;

Devo dizer em primeiro lugar que a obra está apontada para este local desde os anos 90 do século passado e que até hoje não há sequer um proprietário de terrenos onde passará o empreendimento, que tenha sido contactado sobre o assunto, pese embora os estudos e levantamentos topográficos já efetuados, o que considero uma forma pouco correta de querer instalar algo em casa alheia, sem saber em primeiro lugar o que pensam os proprietários sobre o assunto;

Como refere a petição no seu ponto b), a questão do ruído não está acautelada e não foi devidamente explicada na apresentação pública do dia 15 de março no auditório da autarquia lajense. Lembro a propósito que o restaurante Pôr-do-sol é o empreendimento mais próximo da localização da futura central, ficando a pouco mais de trezentos metros em linha reta do empreendimento. Temos uma esplanada que é amplamente aproveitada no Verão para desfrutar da paisagem e do silêncio, até agora apenas quebrado por vezes com barulho do mar que nos embala nas noites de luar ou ainda pelo chamamento dos cagarros que saem à noite à procura de alimento e fazem voos rasantes nas imediações. Não há “ruído repousante” como curiosamente foi apontado na dita apresentação pública!

Além disso preocupa-nos o estado da via pública em que vão circular as viaturas durante a obra e quem vai depois fazer a sua recuperação no final do empreendimento, uma vez que isso não parece estar acautelado e por outro lado, segundo julgamos saber nem a autarquia Lajense não foi chamada a dar parecer sobre o assunto o que nos parece um paradoxo uma vez que a obra é no concelho;

A alínea h) refere-se à entrada do trilho da Ribeira do Ferreiro que dá acesso ao Poço, um dos cartazes turísticos da ilha e dos Açores. Preocupa-nos sobretudo a circulação e o impacto visual nesta zona onde se vão fazer os açudes da Ribeira do Ferreiro e Ribeira Grande e que deveriam ser colocados fora das zonas de maior circulação de pessoas que nos visitam de forma a evitar mais uma mancha na paisagem;

Embora não seja referida na petição, preocupa-nos a localização da central, próxima do mar, na encosta do leito de uma ribeira que já mudou de curso várias vezes nas últimas décadas, com um impacto visual muito forte e cuja construção poderia muito bem seguir o exemplo da construção efetuada nas imediações do vulcão dos Capelinhos na ilha do Faial que ficou completamente soterrada. Além disso devo referir que a linha de costa naquela zona já diminuiu drasticamente na última meia centena de anos e os sinais são bem visíveis. Bastava neste caso ter perdido algum tempo a conversar com os residentes locais;

Preocupa-nos ainda o traçado do viaduto também não referido na petição que poderia desviar-se da zona habitacional evitando assim ser mais uma mancha na paisagem nas zonas onde ficará visível;

Tal como refere a petição no seu ponto k) a ilha das Flores que é Reserva da Biosfera e agora também Capital Regional das Cascatas que tem sido extensivamente utilizada para Turismo de Natureza, precisa que este projeto seja revisto da forma equilibrada e que não seja apenas a EDA Renováveis a chamar a si o galardão uma vez que supostamente isso não irá baixar o custo da eletricidade na ilha o que deveria acontecer. Não faz sentido que a EDA tenha ido a Paris apresentar recentemente o projeto como só seu quando que eu saiba não foram convidados a estar presentes representantes dos dois concelhos das Flores, nem representantes das duas juntas de freguesia de Fajãzinha e Fajã Grande onde ficará instalada a referida hídrica.

Por fim achamos que no seu ponto j) a petição toca num ponto crucial. O projeto esteve em apreciação pública, numa altura pouco recomendável (período de festas de Natal) o que teve alguma influência na sua pouca divulgação.

Esperando que a petição pública e a última apresentação pública de 15 de março possa ter alguma influência na alteração do projeto que a EDA quer levar a efeito na Fajãzinha ilha das Flores e ainda que o nosso modesto parecer possa alertar para algumas questões que estão referidas na petição e outras a que não se referem, damos por concluída a nossa apreciação apresentando os nossos cumprimentos, e *convidamos*.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	1395 Proc. n.º 49.10.01
Data:	018/04/23 N.º 23/XI

Pl'o Restaurante Pôr do Sol

For António Carlos Silva
Cé 7518780